



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região**

# **Ação Trabalhista - Rito Ordinário**

## **0100061-60.2024.5.01.0522**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 02/02/2024

**Valor da causa:** R\$ 76.047,24

**Partes:**

**RECLAMANTE:** HIRAN PAIVA RANAURO MOREIRA

**ADVOGADO:** IGOR PAIVA SILVA PIMENTA

**RECLAMADO:** MP ASSISTENCIAL CARE SAUDE LTDA

**RECLAMADO:** LEANDRO CUNHA FREITAS DA SILVA



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO  
CAEX LEILÕES  
**ATOrd 0100061-60.2024.5.01.0522**  
RECLAMANTE: HIRAN PAIVA RANAURO MOREIRA  
RECLAMADO: MP ASSISTENCIAL CARE SAUDE LTDA E OUTROS (1)

## LEILÃO UNIFICADO

CAEX - COORDENADORIA DE APOIO À EXECUÇÃO

SELJUD - SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DO LEILÃO JUDICIAL

TRT 1ª REGIÃO

EDITAL DE 1º e 2º Leilões e Intimação, com prazo de 20 (vinte) dias, extraídos dos autos da Ação Trabalhista que **Hiran Paiva Ranauro Moreira** - CPF: 148.264.007-48 (Adv. Igor Paiva Silva Pimenta- OAB/RJ: 131.917) move a **Mp Assistencial Care Saude Ltda** - CNPJ: 19.452.818/0001-73, **Leandro Cunha Freitas Da Silva**- CPF: 080.886.587-05, **Michele Da Silva Araujo** - CPF 106.174.887-11. Terceiro Interessado: Michele Da Silva Araujo - CPF 106.174.887-11. **Processo nº Atord 0100061-60.2024.5.01.0522, na forma abaixo:**

O Dr. IGOR FONSECA RODRIGUES, Juiz Gestor de Centralização junto à CAEX – Coordenadoria de Apoio à Execução do TRT 1ª Região, FAZ SABER, aos que o presente Edital de Leilão e Intimação, virem ou dele tomarem conhecimento, especialmente ao devedor, na pessoa de seu representante legal, que o Primeiro Leilão do(s) bem(ns) penhorado(s) nestes autos terá início às **11:00h do dia 27 abril de 2026, encerrando-se às 14:00h**. Não havendo lance igual ou superior à importância da avaliação no intervalo dos dias suso mencionados, será dado imediato prosseguimento ao 2º Leilão Público. O Segundo Leilão Público será realizado ininterruptamente, iniciando-se às **15:00h do dia 27 de abril de 2026 e se prorrogará até o dia 28 de abril de 2026 às 14:00h, para lances não inferiores a 55% (cinquenta e cinco por cento) da avaliação**, vendendo-se o bem pelo maior valor auferido, nos termos do art. 891, parágrafo único do CPC, c/c art. 888 da CLT, que será objeto de análise pelo Juízo da execução. O Leilão será realizado exclusivamente por MEIO ELETRÔNICO, através do site [www.leiloesja.com.br.com.br](http://www.leiloesja.com.br.com.br), onde os interessados deverão se cadastrar uma

única vez, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para, a partir do cadastro, com o uso do seu login e senha pessoal e intransferível, utilizar a plataforma de Lances Eletrônicos. Os Leilões Públicos serão conduzidos pela Leiloeira Pública Oficial **Juliana Araújo**, matriculada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o número 238, e-mail de contato: juliana@leiloesja.com.br e telefone de contato: 21 99392-5299. Bem a ser leiloado, conforme **Auto de Penhora e Reavaliação de id c9fbcd3**, designado como **IMÓVEL**: Apartamento nº 104, situado no Bloco 03, pavimento térreo, integrante do Condomínio Condado Aldeia dos Reis, localizado na Avenida A, Lote 01, Quadra A, Loteamento Aldeia dos Reis, Sahy, Mangaratiba/RJ, registrado no RGI sob a matrícula nº 7.785. O imóvel possui área privativa de 33,96 m², área de uso comum de 238,08 m², totalizando 272,04 m² de área total (privativa + comum), correspondendo a fração ideal de 0,00415% no terreno e nas coisas comuns. Confronta-se: pela frente com área de circulação; pelo lado esquerdo com o apartamento nº 102 do mesmo pavimento; pelo lado direito com área comum (vazio) e com o apartamento nº 106 do mesmo pavimento; e pelos fundos com terreno do condomínio referente ao recuo do edifício, situado no Lote 01 da Quadra "A" do Loteamento Aldeia dos Reis, área originária de desmembramento da Fazenda do Sahy, Gleba Sul, 1º Distrito de Mangaratiba/RJ. Consta na matrícula que o imóvel é de propriedade de Leandro A. Cunha Freitas da Silva, adquirido por escritura de compra e venda datada de 24/11/2020, registrada sob R.6 da matrícula nº 7.785, sendo o proprietário casado sob o regime da comunhão parcial de bens com Michele da Silva Araujo. Segundo consignado pelo Oficial de Justiça no referido auto, o imóvel encontrava-se fechado no momento da diligência, razão pela qual a avaliação foi realizada por estimativa e por similaridade com outros imóveis à venda na região, com base em dados obtidos da certidão da matrícula e das condições de mercado na época. **O bem foi avaliado em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).** Cientes das penhoras, indisponibilidades e arrolamentos eventualmente existentes, nos termos do art. 886, VI, do Código de Processo Civil, conforme certidão do Registro de Imóveis que integra o presente edital, juntada aos autos e disponibilizada no sítio eletrônico da leiloeira, **informa que o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 7785 perante o Registro de Imóveis de Mangaratiba/RJ**, constando os seguintes gravames: **R-6** - O imóvel desta matrícula foi adquirido por Leandro Cunha Freitas da Silva e o registro contém a seguinte informação: "O referido imóvel foi construído em terreno que poderá ser atingido por uma faixa de Marinha, de modo que União Federal venha a deter a propriedade de parte do terreno e a Outorgante o seu domínio útil, ainda aguardando definição e ou regulamentação do SPU, caso seja confirmado, fica o outorgado responsável pelo pagamento do Foro anual e o recolhimento do laudêmio e a emissão da CAT. A referida faixa de terreno pode ter sido originada em razão do desmembramento das glebas e lotes que deram origem ao terreno com registros da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) corresponde ao RIP nº 58510000659-11. **AV-7** - Indisponibilidade expedida pelo juízo da 2ª Vara do Trabalho de Resende/RJ, processo nº 0100061-60.2024.5.01.0522; **AV-8** - Indisponibilidade expedida pelo juízo da 66ª Vara do Trabalho de Resende/RJ,

processo nº 0100285- 76.2022.5.01.0066; **R-9** - Penhora desta ação. **AV-10** - Indisponibilidade nos autos de nº 01002266220235010031 pelo juízo da 31ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. **R-11** - Penhora nos autos de nº 0100226-62.2023.5.01.0031 pelo Juízo da 31ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. **AV-12-** Indisponibilidade nos autos de nº 01008044820235010282 pelo Juízo de Campos dos Goytacazes. O Leilão será procedido na forma do Artigo 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (isenção do Arrematante em relação a débitos anteriores à Arrematação), que determina a observância do parágrafo único do artigo 130 do CTN e do § 1º do Artigo 908 do CPC, por ser a arrematação em Hasta Pública modalidade de Aquisição Originária, não se imputando ao eventual Arrematante responsabilidade por débitos tributários e não tributários anteriores à arrematação. Tais débitos serão subrogados no preço da alienação, obedecidas as preferências legais. Os créditos Trabalhistas terão prioridade sobre qualquer outro, na forma do artigo 186 do CTN. **Os débitos que venham a ser apurados serão informados nos autos e no site da leiloeira antes do início do leilão.**

**ARREMATAÇÃO:** à vista, a título de sinal e como garantia, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor do lance, além dos 5% de comissão da Leiloeira (na forma do Artigo 903 § 5º III c/c Parágrafo Único do Artigo 24 do Dec. Lei 21.981/32). O valor restante deverá ser pago em 24 (vinte e quatro) horas após o leilão, diretamente na agência bancária autorizada, mediante guia ou boleto bancário emitido por ocasião do leilão. Não será devida nenhuma remuneração ou indenização a leiloeira, em caso de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da realização do leilão judicial, salvo despesas de armazenagem. Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação judicial, a leiloeira fará jus à comissão prevista acima. O credor que não adjudicar os bens constritos perante o juízo da execução antes da publicação do edital, só poderá adquiri-los em leilão judicial unificado na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão ao leiloeiro, já que assume a condição de arrematante.

**PARCELAMENTO:** Observando-se as disposições da Resolução nº 236 do CNJ, do artigo 895 do CPC e do Ato Conjunto nº 07/2019, desde que o licitante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações ofereça lance diretamente no sítio da leiloeira, com esta opção, atendendo às seguintes condições: **1)** A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. A plataforma da leiloeira deverá bloquear a oferta de lances parcelados a partir da oferta de um lance à vista, podendo o lançador alterar a modalidade durante a disputa; **2)** O lance ofertado para pagamento parcelado em

menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor; **3)** Oferta de sinal de pelo menos 25 (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por outro que venha a substituí-lo; **4)** O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem imóvel; **5)** No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; **6)** O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

**PENALIDADES:** Aquele que desistir da arrematação, ressalvadas as hipóteses dos artigos 775 e 903, §5º, do Código de Processo Civil, ou não efetuar o depósito do saldo do valor ofertado, perderá o sinal dado em garantia, bem como a comissão paga a leiloeira e ficará proibido de licitar em leilões judiciais.

Não efetuado o depósito do sinal do valor da arrematação, a leiloeira comunicará imediatamente o fato ao Juízo da Execução, informando também os lanços precedentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção. O lançador inadimplente será multado em 20% do valor do lance por ato atentatório à dignidade do juízo, sendo o valor reversível à execução e ficará proibido de licitar em leilões judiciais.

**DOS BENS:** Os bens serão vendidos no estado em que se encontram, podendo haver a exclusão de bens do leilão a qualquer tempo e independentemente de prévia comunicação, observando-se as regras da CLT; do CPC; e da Resolução 236/2016 do CNJ.

**OFERTA DE LANCES:** Nos termos do art. 22 da Res. nº 236 do CNJ, a fim de evitar qualquer tipo de intervenção humana, e, atendendo ao princípio da publicidade relativa ao certame, dando visibilidade em tempo real aos participantes, somente será aceita a oferta de lances diretamente no sítio da leiloeira, em substituição à previsão constante do art. 895 do CPC quanto à apresentação de propostas por escrito em casos de parcelamento.

**PRORROGAÇÃO:** Quanto à prorrogação do prazo para os lances, adota-se a previsão constante do Art. 21. da Res. Nº 236 do CNJ, “Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.”, **entendendo-se por termo final, cada prorrogação sucessiva, sempre em múltiplos de 3, a partir do encerramento, e não a partir do lance** (exemplo de leilão encerrando às 14:00: prorrogações às 14:03h, 14:06h, 14:09h, 14:12h...).

**PREFERÊNCIA:** O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto à leiloeira, conforme orientações constantes do seu sítio eletrônico, informado no edital. Para participação no leilão, deverá o interessado efetivar os lances no site da leiloeira, tendo preferência no caso de empate.

**ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA:** Os efeitos da arrematação no caso de alienação fiduciária, serão apreciados e decididos pelo Juízo de origem.

**TRANSFERÊNCIA:** Correrão por conta do arrematante todos os ônus inerentes à transferência da propriedade em seu favor, devendo o mesmo diligenciar quanto ao levantamento das restrições que recaem sobre o imóvel.

**DÚVIDAS E INFORMAÇÕES:** Endereço eletrônico da leiloeira: [www.leiloesja.com.br](http://www.leiloesja.com.br).

**HOMOLOGAÇÃO:** A documentação do leilão, a ser providenciada pela leiloeira, e eventuais manifestações deverão ser remetidos para análise ao juízo da Caex. Havendo homologação da arrematação o resultado será remetido à respectiva vara de origem para anexação aos autos, que será responsável por intimar as partes, e julgar os incidentes anteriores e posteriores ao leilão, conforme previsão constante do Ato Conjunto 07/2019. Caex - Coordenadoria de Apoio à Execução: 2380-6875 E-mail: [leilaounificado@trt1.jus.br](mailto:leilaounificado@trt1.jus.br).

Ciente a Executada que o prazo para embargos corre na forma do Artigo 903 § 2º do CPC. E, para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente Edital, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN. Caso o executado(s), cônjuge, coproprietário, herdeiros, sucessores, eventuais locatários, ocupantes, possuidores, credores do imóvel, usufrutuários, credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário, com penhora anteriormente averbada, promitente comprador, vendedor ou terceiros interessados não sejam intimados por outra forma legal, ficam pelo presente edital intimados da alienação judicial, suprimindo, assim, a exigência contida no art. 889, § único do CPC.

Qualquer que seja a modalidade de leilão, nos termos do art. 903, CPC, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pela leiloeira, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que embargos do executado venham a ser julgados procedentes ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos. Eu, Marcio Vianna Antunes, Coordenador, mandei digitar e subscrevo. IGOR FONSECA RODRIGUES Juiz Gestor de Centralização.

RIO DE JANEIRO/RJ, 12 de março de 2026.

**ANDREZZA MARCELLA GONCALVES DO NASCIMENTO**  
Assessor

